

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ANANDA SARAH SANTOS DE SOUSA



**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO SURDO NO CURRÍCULO DO CURSO DE
BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**



São Luís
2023

ANANDA SARAH SANTOS DE SOUSA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO SURDO NO CURRÍCULO DO CURSO DE
BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Isabel Cristina dos Santos Diniz

São Luís

2023

SOUSA, Ananda Sarah Santos de

Acessibilidade e inclusão do surdo no currículo do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. / Ananda Sarah Santos de Sousa. São Luís, 2023.

49 p.

Orientador (a): Isabel Cristina dos Santos Diniz
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 2023.

I. Biblioteca. 2. Acessibilidade. 3. Surdos. 4. Currículo. 5. Biblioteconomia. I. Diniz, Isabel Cristina dos Santos. II. Título.

ANANDA SARAH SANTOS DE SOUSA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO SURDO NO CURRÍCULO DO CURSO DE
BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isabel dos Santos Diniz.

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina dos Santos Diniz (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dra. Maria da Glória Serra Pinto de Alencar
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr. Marcio Ferreira da Silva
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

“Não basta somente amar; é preciso que o outro se sinta amado”

São João Bosco

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos céus pela dádiva de poder concluir um curso superior, pelas bênçãos concedidas ao longo desse processo.

A meus pais Artur Jorge e Jocelene Almeida, por sempre me aconselharem sobre a importância dos estudos, vocês são e foram meu sustento ao longo desses anos. A minha mãe, em particular, é a pessoa responsável em fazer eu querer adentrar essa linda profissão.

A minha irmã, Amanda por seu incansável ouvir, compreender e aconselhar quem precisa. E meu irmão André Lucas pelo seu apoio e carinho.

Ao meu esposo Júnior Amorim, pelo apoio da maneira que lhe cabe, carinho e incentivo ao longo desses anos junto ao nosso filho Álvaro Benício.

Ao meu cunhado André Ribeiro, por sempre dispor seu *notebook* para a conclusão desses trabalhos.

A Professora, Doutora Isabel dos Santos Diniz pelo companheirismo, compreensão, gentileza, mansidão, sabedoria e profissionalismo ao longo deste trabalho.

A minhas amigas do curso: Tayna Martins por ser esta excepcional pessoa, que no meu resguardo, me auxiliou quando mais precisei. Geovana Carvalho, Rafaela Barcelos pelas orações, companheirismo e incentivos ao longo da batalha na Universidade. A Kellyzane Garcia pelo exemplo de coragem, força e companheirismo.

RESUMO

O trabalho consiste em investigar como se efetua o trato pedagógico do currículo trinta do curso de Biblioteconomia da UFMA em relação à inclusão e acessibilidade do usuário surdo. De modo mais específico, pretende-se verificar se as disciplinas obrigatórias e/ou optativas apresentam alguma abordagem para inclusão e acessibilidade de usuários surdos; e propor algumas sugestões de acréscimos de mudanças, como a adição de disciplinas com enfoque para a diversidade humana. Para tanto, tratou sobre a comunidade surda, traçando sua história, legislação e a importância do ensino de LIBRAS; a biblioteca e o usuário surdo; o Curso de Biblioteconomia e sua história. Esta pesquisa é de natureza exploratória e documental por analisar as ementas das disciplinas que compreende o Projeto Político Pedagógico do referido curso. E, pesquisa bibliográfica por conta do levantamento e discussão de textos extraídos no Scielo sobre os termos, como: surdos, biblioteca e acessibilidade, na BRAPCI por temas relacionados ao bibliotecário na contemporaneidade e atuação do profissional da informação no contexto inclusivo, no Google Acadêmico sobre as leis que diz respeito aos direitos dos surdos e sobre o currículo de cursos superiores quem tem a disciplina de LIBRAS como obrigatória e no Portal de Periódico da CAPES com termos buscados com ênfase na Biblioteca acessível e do Bibliotecário com habilidade em LIBRAS. Os resultados alcançados demonstram que o currículo atual apresenta apenas uma disciplina, denominada “Práticas de Informação para portadores de necessidades especiais”, que desde a terminologia e ementa já está direcionada para a “acessibilidade e inclusão”, porém apresentando alguns problemas de atualização quanto ao termo “portador”. Além disso, apresenta outras disciplinas como “Fontes de Informação”, “Organização de Unidade de Informação” e “Planejamento de Unidade de Informação” que não mencionam os termos relacionados a “acessibilidade e inclusão” em suas ementas. Porém, isso não impede que o docente responsável pela unidade curricular, ao planejar sua aula, não pense na perspectiva do usuário com deficiência. Conclui-se que o referido currículo pedagógico precisa de reformulações mais pontuais, como a inclusão de disciplinas, como “Ensino de LIBRAS para bibliotecários”, “Braille”, “Áudio descrição”, dentre outras que condicione o bibliotecário a ter habilidades e competências para atuar em uma biblioteca promovendo serviços e produtos de informação em prol da diversidade humana.

Palavras-chave: biblioteca; surdos; acessibilidade; currículo; biblioteconomia.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate how the pedagogical approach of the UFMA Librarianship course's thirty-year curriculum relates to the inclusion and accessibility of deaf users. More specifically, the aim is to check whether the compulsory and/or optional subjects have any approach to the inclusion and accessibility of deaf users; and to propose some suggestions for changes, such as the addition of subjects with a focus on human diversity. To this end, it dealt with the deaf community, tracing its history, legislation and the importance of teaching LIBRAS; the library and the deaf user; the Librarianship Course and its history. This research is exploratory and documentary in nature as it analyzes the syllabuses of the subjects that make up the Political Pedagogical Project of the course. And bibliographical research on account of the survey and discussion of texts extracted from Scielo on the terms, such as: deaf, library and accessibility, in BRAPCI for themes related to the librarian in contemporaneity and the performance of the information professional in the inclusive context, in Google Scholar on the laws that concern the rights of the deaf and on the curriculum of higher education courses that have the discipline of LIBRAS as mandatory and in the CAPES Periodical Portal with terms searched with emphasis on the accessible Library and the Librarian with skill in LIBRAS. The results show that the current curriculum has only one subject, called "Information Practices for People with Special Needs", which, from its terminology and syllabus, is already geared towards "accessibility and inclusion", although it has some problems updating the term "people with special needs". It also has other subjects such as "Information Sources", "Information Unit Organization" and "Information Unit Planning" which do not mention terms related to "accessibility and inclusion" in their syllabuses. However, this does not prevent the teacher responsible for the curricular unit, when planning their lesson, from thinking from the perspective of the disabled user. It can be concluded that this pedagogical curriculum needs more specific reformulations, such as the inclusion of subjects like "LIBRAS teaching for librarians", "Braille", "Audio description", among others, which condition librarians to have the skills and competencies to work in a library promoting information services and products for the benefit of human diversity.

Keywords: library; deaf people; accessibility; curriculum; librarianship.

LISTA DE SIGLAS

UFMA	Universidade Federal do Maranhão
DACES	Diretoria de Acessibilidade
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
INES	Instituto de Educação dos Surdos
TA	Tecnologia Assistiva

LISTA DE QUADROS

- | | |
|-----------------|--|
| Quadro 1 | Legislação pertinente |
| Quadro 2 | Disciplinas e seus conteúdos programáticos em 1970 |
| Quadro 3 | Disciplina com terminologia e ementa direcionada para a “acessibilidade e inclusão” |
| Quadro 4 | Disciplinas que não evidenciam em suas ementas terminologias direcionadas para “acessibilidade e inclusão” |
| Quadro 5 | Disciplinas técnicas |

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1 Metodologia.....	13
2. COMUNIDADE SURDA: evolução histórica e legislativa.....	16
2.1 Pessoas surdas e variação terminológica.....	19
3. A BIBLIOTECA NO CONTEXTO DA PESSOA SURDA.....	22
4. CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: sua história.....	26
4.1 Currículo Trinta de Biblioteconomia: breve análise.....	30
4.1.1 Título e ementas das disciplinas.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da pessoa com deficiência, em especial, a pessoa surda e/ou deficiente auditiva, é de notar, que esta tem acesso limitado a locais públicos (museus, centro de documentação, arquivo, bibliotecas, dentre outros). Isto porque estes espaços se apresentam sem dispor de condições que permitam o ir e vir dessas pessoas. (Strobel, 2009; Diniz, 2019).

Restringindo-as, quanto a sua convivência social, principalmente no contexto do uso da biblioteca por falta de dispor de bibliotecários e outros profissionais (intérprete ou tradutor de línguas de sinais, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros) que saibam se comunicar através de sinais gestuais ou por leitura labial. E, ainda mais gravemente, por não disponibilizar de materiais informacionais em formatos acessíveis (Pinheiro, 2004; Brasil, 2005; Germano Júnior; Santos; Souza, 2018; Diniz, 2019; Couto *et al*, 2022).

Neste contexto, sentimos a necessidade de esclarecer que ao se dispor em estudar acessibilidade e inclusão, temos que antes de qualquer outra coisa, tornar compreensível algumas terminologias que serão adotadas ao longo deste estudo. Uma vez que ao falar de surdez, muitos questionamentos surgem quanto aos termos mais corretos a serem utilizados: pessoa com deficiência auditiva ou surda?

Assim, do ponto de vista clínico, a diferença entre pessoa com surdez e aquela com deficiência auditiva está no nível de densidade da audição. Isto significa que pessoa surda é aquela que não apresenta audição, ou seja, aquela com perda total. E, no outro caso, são pessoas que têm perda parcial da audição. (Strobel, 2009; Mori; Sander, 2021). Dessa forma, aqui neste estudo usaremos a terminologia “pessoa surda” ou “surdez”.

Contudo, para que haja inclusão da pessoa surda no convívio social, é necessário um elo entre a comunicação do surdo com a comunidade ouvinte. Processo em que o bilinguismo entre a língua portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é apontado como um dos melhores caminhos para se alcançar uma educação inclusiva e boa convivência entre a pessoa surda e a ouvinte. (Instituto de Educação dos Surdos).

Nesse contexto, a legalização da LIBRAS, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, como o segundo idioma oficial brasileiro, oportuniza para a comunidade ouvinte um novo conhecimento sobre o mundo sem som e da comunicação através de sinais gestuais, resultando na inclusão social das pessoas surdas. Essa legislação, no seu segundo capítulo, trata sobre a relevância da LIBRAS está incluída na estrutura curricular de alguns cursos de graduação, para se habilitar profissionais nas mais diversas áreas para atuarem com esse público. Ressalta-se que esse ordenamento ainda não contempla cursos de bacharelado,

apenas o de Fonoaudiologia. (Brasil, 2005, p.1).

Dessa forma, há a necessidade de determinadas áreas, como a Biblioteconomia, ter na sua base de formação disciplinas que habilitem os futuros bibliotecários a atuarem em prol da diversidade humana, principalmente, com um público que contemple pessoas que apresentem algum tipo de limitação temporária ou permanente. (Barros et al., 2017; 2018; e Diniz, 2019).

Em continuidade com a obra de literária mencionada, é de notar que os currículos de Biblioteconomia estão precisando de mudanças quanto ao enfoque da abordagem e aplicabilidade de conhecimentos, que favoreçam a formação de bibliotecários com competências e habilidades para atuarem com pessoas com deficiência, em especial, o usuário surdo.

Cabe esclarecer que esta temática surgiu a partir de uma insatisfação desta pesquisadora referente a ausência de disciplinas no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que tratam diretamente sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. É de notar que, no decorrer do curso, em todas as disciplinas não houve um trato pontual referente ao estudo social que permita ao bibliotecário obter competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão priorizando ações voltadas para esse tipo de usuário.

Diante dessa situação surgem as questões: Como se dá o trato pedagógico do currículo trinta do curso de Biblioteconomia da UFMA sobre o processo de inclusão e acessibilidade de usuário surdo?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo Geral investigar como se efetua o trato pedagógico do currículo trinta do curso de Biblioteconomia da UFMA em relação à inclusão e acessibilidade do usuário surdo. E, como objetivos específicos, temos: a) verificar se as disciplinas obrigatórias e/ou optativas apresentam algum enfoque para inclusão e acessibilidade de usuários surdos; b) propor algumas sugestões de acréscimos de mudanças, como a adição de disciplinas com enfoque para a diversidade humana.

1.1 Metodologia

Dessa forma quanto à metodologia utilizada no trabalho, essa técnica torna-se necessária quando se tem uma demanda social sobre a investigação de determinado assunto, que requer a busca por resposta a um problema que somente acontecerá através da investigação (Gil, 1999). E, esse processo, consiste no caminho percorrido pelo pesquisador para que a pesquisa se concretize. Em complemento, Bloise (2020, p.1) coloca que a metodologia mostra o ambiente percorrido para desvendar o fazer científico propondo ao

pesquisador a escolha sobre o melhor caminho a ser feito para se obter o saber.

Além do lado sistemático e metodológico que deve existir do pesquisador, este envolve seu olhar humano para ver além da lógica dos melhores métodos a serem utilizados na sua pesquisa. Portanto, nesse tópico iremos descrever os métodos e instrumentos de pesquisa utilizados para a realização desta investigação.

Dessa forma, este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica. Para Lima; Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica “[...] é um procedimento metodológico que oferece ao autor a possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa.” Permitindo ao pesquisador conhecer a teoria já produzida por autores que o antecede.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica foi realizada através do levantamento bibliográfico e exploratório junto ao portal de periódicos da Capes com termos buscados com ênfase na Biblioteca acessível e do Bibliotecário com habilidade em LIBRAS; nas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) sobre assuntos relacionados ao histórico das pessoas com surdez, terminologias utilizadas para se referir a esse público e sobre o papel da Biblioteca e do Bibliotecário no contexto acessível; no Repositório Institucional da UFMA quanto a trabalhos semelhantes ao tema pesquisado; no Scielo (Scientific Electronic Library Online) sobre os termos, como: surdos, biblioteca e acessibilidade; na BRAPCI (Bases de Dados em Ciência da Informação) por temas relacionados ao bibliotecário na contemporaneidade e atuação do profissional da informação no contexto inclusivo e o Google Acadêmico sobre as leis que diz respeito aos direitos dos surdos e sobre o currículo de cursos superiores quem tem a disciplina de LIBRAS como obrigatória.

Assim para Lima; Miotto (2007) a pesquisa exploratória procura descrever com mais precisão o estado da arte exposta no conteúdo dos textos lidos. Consequentemente, na pesquisa bibliográfica e exploratória, buscou-se resgatar os teóricos de áreas específicas de cada seção relacionado durante o desenvolvimento da pesquisa da área de Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins, autores que possuem pesquisas voltadas à acessibilidade, surdos ou deficientes auditivos, tais como: Diniz (2005), Diniz (2018), Germano Júnior, Santos e Sousa (2019).

Sobre a historicidade do Curso de Biblioteconomia da UFMA, cabe destaque para a produção dos autores Bottentuit e Castro (2000). Autores que abordam sobre as bases legais que representam os direitos dos surdos, deficientes auditivos e suas conquistas legais, temos: Couto; Ferreira; Sousa; Valente (2022). Outros que fazem abordagem sobre os surdos e deficientes auditivos são os autores Diniz (2019), Germano Júnior, Santos e Sousa (2019) e Heller (2021). Se tratando das teorias que envolvem a perda de audição e surdos, os autores

como: Souza (1999), Maia (201-?), Strobel (2009), Pinheiro (2004) e os autores que esclarecem a importância do ensino de LIBRAS, como: Germano Júnior (2018).

Em relação à natureza documental, terá como suporte o currículo trinta – que compreende o (Projeto Político Pedagógico atual do curso de Biblioteconomia da UFMA, (2007) utilizado para reflexão dessa pesquisa.

Quanto à estrutura deste estudo, esta compreende uma introdução contendo a justificativa da escolha da temática, sua problematização, objetivos, metodologia e a principal divisão da investigação. Seguida do item que trata de discutir as formas de compreender a comunidade surda, percorrendo a sua história, algumas legislações em torno da inclusão e acessibilidade, seguida da seção sobre as pessoas surdas e as variações do termos utilizados para se referir a esse público, depois a Biblioteca no contexto dos surdos para dar início no seguinte tópico sobre a história do curso de Biblioteconomia seguindo sobre o currículo atual, o ensino de libras e considerações finais.

2 COMUNIDADE SURDA: evolução histórica e legislativa

Ao longo da história da inclusão a ideia sobre deficiência tem sofrido modificações à medida que a sociedade vem sofrendo alterações. Na Antiguidade, a deficiência era vista como algo negativo, dado pelos deuses como forma de castigo ou punição. Assim, as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram tratadas como pessoas inferiores que estavam e tinham que permanecer à margem da sociedade, ou seja, como indivíduos que não tinham capacidade de aprender e produzir, devendo ser abandonados e dependendo das crenças e costumes locais, essa pessoa poderia ser morta. (Mocellin, 2011, p.110).

Já na Idade Média a sociedade sofreu uma nova organização, onde a dicotomia corpo/mente presente na Grécia Antiga deu lugar à dicotomia corpo/alma, sob forte influência da religião. Nesta o ser humano possui uma alma e, sendo assim, a prática do abandono passou a ser recriminada. Dessa forma, é apontado o asilamento como a solução encontrada, que permitia a retirada das pessoas com deficiência do meio social, sem conflito com a conduta cristã da sociedade. (Diniz, 2007).

Em concernente à autora já mencionada, foi com o período de crise ideológica da sociedade feudal que ocorreu a transição para um novo modo de produção, o capitalismo. Houve um rompimento com a visão teológica, onde o divino foi substituído pelo natural. Logo, o homem e suas capacidades e incapacidades passaram a ser determinadas por leis naturais. Assim, o indivíduo com incapacidades naturais, dependente do outro e que não era visto como produtivo era enviado para instituições de confinamento ou asilos.

Esse olhar sobre a pessoa com deficiência passou por mudanças após a Segunda Guerra Mundial, quando um grande contingente de civis e militares adquiriram algum tipo de deficiência, consequência das batalhas enfrentadas. Passaram a ser denominados por heróis de guerra, muitos foram condecorados, participavam de desfiles, fundaram associações de ex-combatentes, dentre outras ordens de destaque. Fatores determinantes para que as pessoas passassem a olhar e aceitar mais a deficiência, iniciando o processo de construção de uma sociedade mais inclusiva. (Diniz, 2005).

Esse processo de desconstrução de preconceito e discriminação perante a pessoa com deficiência continua até os dias atuais do século XXI. E, nas últimas quatro décadas é possível identificar várias iniciativas e regulamentações de apoio ao processo de inclusão dessas pessoas, com a criação e aprovação de documentos jurídicos, formalização e institucionalização de “associações ou organizações que lutam em prol dos seus interesses e direitos”.

Assim, no caso das pessoas surdas, estas sobreviveram a essa história de crueldade com muita dignidade e perseverança, onde o seu maior apoio estava na sua forma de se comunicar. Uma vez que a comunicação possibilita a partilha de experiências de vida em comunidade com outras pessoas, e com os surdos não é diferente. E, a falta de conhecimento da pessoa ouvinte sobre a vivência do surdo gera críticas e preconceitos, que, por vezes, são prejudiciais por propagar falsas teorias pejorativas sobre essa pessoa. (Mori; Sandre, 2021, p.2).

Os primeiros indícios, que evidenciaram a mudança desta situação ocorreram a partir do ano de 1500, quando o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid, inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis; Francisco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlangar e Pedro se tornou padre com a permissão do Papa. Ponce de Leon usava como metodologia a datilologia, escrita e oralização. Mais tarde ele criou uma escola para professores de pessoas surdas. Porém ele não publicou nada em sua vida e depois de sua morte o seu método caiu no esquecimento porque a tradição na época era de guardar segredos sobre os métodos de educação de surdos. (Strobel, 2009, p.19)

Já em 1856, a convite de Dom Pedro II, o professor e conde francês Eduardo Huet se muda para o Brasil para adaptar a metodologia francesa no ensino dos surdos-mudos no país. Ressaltando que com a adaptação foram inseridas “as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios.” (INES, 2023). Seu trabalho foi excelente e eficiente que deu origem ao Imperial Instituto Nacional dos Surdos-mudos, que atualmente é Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. (Mori; Sandre, 2021).

Então, a partir daí surge o pensamento de que o surdo não é mais aquele ser humano incapaz, desprovido de inteligência e sem capacidade de aprendizagem ou que não consegue se adaptar, devido possuir essa limitação na fala. Foi observado, desde então, que os surdos ou os que têm deficiência auditiva podem aprender a escrever e se comunicar como qualquer outro ser humano. (Mori; Sandre, 2021).

Segundo o monge Pedro Ponce, conhecido na época como “mestre de Leon” elaborou uma metodologia que era baseada em “alfabeto, escrita e a oralização” no qual deu origem ao manual que serviu de base para outros manuais propagados pelo mundo, como método eficaz na aprendizagem dos surdos ou deficientes auditivos: [...] em Portugal o alfabeto manual e a

Língua Gestual Portuguesa – LGP, é muito diferente da língua brasileira de sinais - Libras. Segundo o site da própria Universidade Estadual de Maringá 02 a 04 de dezembro de 2015 4 Associação Portuguesa de Surdos, enquanto a LGP tem sua origem na Língua de Sinais Sueca, a Libras tem sua origem na Língua de Sinais Francesa - LSF, que foi trazida ao Brasil pelo professor surdo Ernest Huet, em 1857 (Mori; Sandre, 2021, p. 2 - 3).

Assim, a formação de uma língua para os surdos está relacionada com vários aspectos, em especial com a interferência da estrutura regional. Apresentando modificações e adaptações de acordo com o lugar a qual será disseminado para educação dos surdos, tudo com o objetivo de tornar mais eficaz essa aprendizagem é mais próxima da realidade da pessoa surdo, para que a sociabilidade dessas pessoas seja eficiente e compreensiva para eles. Isso faz da língua um instrumento imprescindível para o enriquecimento da cultura surda. (Mori; Sandre, 2021).

Para Saussure (1995, p. 4), considerado o pai da linguística “ [...] a língua é um produto social” na qual está desde os séculos mais distantes até a atualidade sempre permitindo que a sociedade busque através da comunicação novas formas de sobrevivência, de crescimento e de perpetuação de seus hábitos e costumes. A língua, se tornou um mecanismo fundamental para a construção da história, não só dos surdos, mas de qualquer povo e nação. Se tornando o resultado da interação social com significado e sentido próprio de acordo com cada região do país onde é falada.

Assim, para Sasaki (2005) a formação de uma língua que dê condições para a pessoa surda se comunicar e expor seus sentidos e desejos, faz parte da acessibilidade comunicacional. Esta compreende a eliminação de barreiras na comunicação escrita (livros, jornais, etc., textos em braile, em letras ampliadas para aqueles com baixa visão, além do uso de tecnologias assistivas para se comunicar), na comunicação virtual (acessibilidade digital) e na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual e outros).

Essa comunicação interpessoal garante a pessoa surda sair do isolamento e ir para o mundo, mostrando sua capacidade de estudar, produzir e de interagir com as outras pessoas, oportunizando a sua socialização. Para tanto, faz-se necessário ter conhecimento da base legal que garanta os direitos dessas pessoas para que elas lutem com fundamento e autoridade.

Assim, em síntese, podemos mencionar no **quadro 1** algumas bases legais que dão sustento a esse compromisso social, no qual todos devem fazer parte e contribuir para o avanço do conhecimento, e concretizar ações que promovam a acessibilidade comunicacional para a pessoa surda, no Brasil.

Quadro 1: Legislação pertinente

Lei/ Decreto	Do que trata
Lei nº 8.160/1991	Que trata do símbolo da LIBRAS nos ambientes onde se tem acesso a esse público;
Lei Lei nº 10.098/2000	Trata da contratação de intérprete na Língua Brasileira de Sinais para aumentar as chances de comunicação e compreensão dos surdos nos ambientes públicos e privados com a mediação da informação
Lei nº 10.436/2002	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a segunda língua oficial, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta.
Decreto nº5.296/2004	Menciona a necessidade de se ter além do intérprete outros fatores que favorecem diferentes capacidades e veículos informacionais para oferecer atendimento com qualidade às pessoas com surdez
Lei nº4.309/2004	Sobre o ingresso dos surdos nas universidades estaduais Brasileiras
Decreto nº5.626/2005	Trata do uso da LIBRAS e sua importância como habilidade comunicacional em diferentes aspectos sociais.
Lei nº11.796/2008	Estipula a data comemorativa do dia Nacional do Surdo no Brasil, todo dia 26 de setembro; a lei nº10.098/2000, sobre as questões de acessibilidade
Lei nº 13.146/2015	Fornecer meios para garantir emprego dos deficientes Auditivos e surdos no mercado e no sistema educacional de trabalho e abrange os fatores que podem tornar isso aplicável eliminando as barreiras existentes

Fonte: (Dados da pesquisa, 2023)

Como demonstrado no **Quadro 1**, há um sustento legal para compreensão e aplicabilidade dos direitos da pessoa surda quanto ao seu acesso e uso de diferentes equipamentos culturais (arquivos, museus, bibliotecas e outros). E, que estes disponibilizem profissionais capacitados em LIBRAS e em leitura labial para promover a comunicação entre os ouvintes e os surdos.

Assim, a biblioteca tem por missão organizar, preservar e disseminar a informação para a produção do conhecimento para qualquer tipo de usuário, independentemente de suas características físicas ou psíquicas. Esta precisa para propagar a informação e possuir bibliotecários com competências e habilidades necessárias para prestar bom atendimento para o usuário com deficiência. (Germano Júnior; Santos; Sousa, 2018).

Neste contexto, na literatura (Paula; Carvalho, 2009; Germano Júnior; Santos; Souza, 2018), fica evidente a necessidade que o bibliotecário, responsável pela execução de todos os processos de formação e desenvolvimento de coleções dentro de uma biblioteca, tenha na sua base de formação disciplinas que deem sustentação teórica, bem como práticas para atuarem

com pessoas que apresentam algum tipo de limitação. Estas últimas desenvolvidas mediante a participação do discente em estágios extra e curriculares, para que os Cursos de Biblioteconomia formem bibliotecários que saibam como tratar os usuários com deficiência, em especial, o surdo.

2.1 Pessoas surdas e variação terminológica

Pensar em surdez, consiste em refletir sobre os aspectos que envolvem o ser humano no todo. Isto porque a deficiência pode ser adquirida ou ser de nascença. E, a pessoa surda ou com deficiência auditiva, pode frequentar quaisquer ambientes sociais. Strobel (2009, p. 6) enfatiza que “[...] o povo surdo é um grupo de surdos que constroem sua visão de mundo através do que vê; e comunidade surda são todos os envolvidos com algum surdo, sendo professores, amigos ou família sendo estes ouvintes, deficientes auditivos ou surdos [...]”.

Assim, as pessoas que fazem parte de uma comunidade vivenciam seu mundo através de um olhar diferenciado, porém em seu meio há várias perspectivas de saber viver na sociedade que varia de acordo com os sentidos que são utilizados, os tornando seres únicos.

Portanto, para compreender melhor sobre o que se passa com a pessoa que tem perda da audição com influência na sua limitação na fala. Cabe destacar que, o indivíduo que a possui terá sua relação de convivência social comprometida, principalmente, caso não haja conhecimento por parte de quem está de fora dessa realidade, da cultura surda. Dessa forma, a comunicação estabelecida na comunidade surda consiste na troca de informações independente do veículo escolhido que pode ser de forma verbal ou não verbal.

Para Souza (2017, p.5), a perda de audição “[...] pode ser causada por qualquer alteração que fuja da normalidade no processo de audição, seja qual for a causa, tipo e intensidade [...]”. Nesse sentido, qualquer indivíduo pode estar sujeito a ter perda de audição, por inúmeros fatores que vão desde a fragilidade da saúde ou por acidentes que venham afetar os órgãos responsáveis pela presença de audição no organismo.

Nessa perspectiva, em relação a variação terminológica do conceito de surdo e surdez, a diferença está apenas no “[...] grau em decibéis de surdez, que vai de leve 20 decibéis e 40 decibéis; a moderada 40 decibéis a 70 decibéis; severa de 70 decibéis a 90 decibéis e a profunda acima de 90 decibéis [...]” segundo (Campos; Silveira; Santarosa, 1999, p.58). Assim, a linguagem dos surdos e deficientes auditivos, precisa ser vista em um conceito mais amplo, pois abrange não somente a função comunicativa, mas da organização do pensamento,

assumindo assim um papel essencial para o desenvolvimento cognitivo do ser humano.

Se pensarmos na linguagem somente como uma função comunicativa, não teremos uma abordagem que estuda a linguagem sob uma ótica social reflexiva quanto a sua influência no desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Defendido pela psicologia interacionista, por Vygotsky, e seus discípulos Luria, Leontiev e Yudovich e o sócio linguista Bakhtin. (Maia, [201-?], p.25).

A linguagem está para além dos mecanismos de comunicação, pois facilita e permite a sociabilidade das pessoas, dando-lhes condições para que estas sejam incluídas em alguma situação ou evento social.

Assim, a Biblioteca com a presença de um profissional habilitado nesses aspectos comunicacionais dará novas formas de encontrar diferentes mecanismos para atender essa demanda social com apoio dos envolvidos nessa causa.

3 A BIBLIOTECA NO CONTEXTO DA PESSOA SURDA

Entende-se a informação como uma estrutura significativa, que o indivíduo ao assimilar e se apropriar dela, associando com sua bagagem de conhecimentos adquiridos anteriormente, esse ser produzirá conhecimentos novos, bem como serão capazes de modificar sua forma de pensar, agir e interagir na sociedade. E, a biblioteca como espaço de selecionar, adquirir, tratar e disponibilizar a informação precisa acompanhar a evolução das sociedades. (Costa, 2015). Nesse sentido, cabe à biblioteca abrir seu espaço para servir a comunidade que precisa de seus serviços. Democratizando seu o acesso a vários públicos, independentemente de sua posição social, credo ou ter deficiência ou não.

Assim, no Brasil como consequências das políticas de governos de inclusão, que promoveram mudanças nos espaços das universidades e, nas suas bibliotecas para ambientes acessíveis, como: Programa INCLUIR, criado pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), dentre outros. E, algumas legislações e normas, como: o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e a NBR 9050 (ABNT, 2020). Estas favoreceram a pessoa com deficiência ter acesso ao ensino superior, e contribuir para que áreas como direito, engenharia, biblioteconomia, dentre outras, que anteriormente eram inacessíveis a essa pessoa, pudessem incluí-las. (Diniz, 2019).

Dessa forma, houve um número crescente de matrículas de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior correspondendo a 37.927 ingressos em 2015, com maior incidência de matrículas na Região Sudoeste com 12.928, seguido pela Região Nordeste com 11.751 dos registros, especificamente no Maranhão tem-se o registro de 580 matrículas (Inep, 2016).

Já em 2022, os dados foram muito mais abaixo, que associamos ser em decorrência de estarmos saindo ainda do período da Pandemia da Covid 19, onde o número de matrículas de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior correspondeu a 22.150 ingressos em 2022, com maior incidência de matrículas na Região Sudoeste com 7.581, seguido pela Região Nordeste com 6.219 dos registros, especificamente no Maranhão tem-se o registro de 471 (Inep, 2023).

Assim, essas pessoas com deficiência estão chegando e impondo mudanças nas instituições de acesso público, como as bibliotecas. Essas mudanças vão da aquisição e disponibilidade de Tecnologias Assistivas (TA), materiais informacionais em formatos

alternativos e acessíveis, a bibliotecários com competências e habilidades para agir perante o usuário com deficiência.

O cenário atual mostra que as mudanças são rápidas e que as unidades de informação precisam se adaptar à nova realidade, especialmente, as bibliotecas universitárias. Até porque são instituições que têm que sustentar o tripé que constitui o sustentáculo da universidade: o ensino que consiste na narrativa de saberes tendo por base a ação pedagógica e interativa na sala de aula e nas demais unidades que compreende a universidade, incluindo a biblioteca; a pesquisa está promove o mover da reflexão crítica e construtiva do conhecimentos, propiciando o vim à tona de novos saberes; e a extensão que, consiste no processo de aplicação destes dois anteriores no meio social, configura-se como o mover de novas situações problemáticas e, por conseguinte, de pesquisas que, ao serem disseminadas, deem uma resposta a sociedade. (Melo; Marques; Pinho, 2014).

Conhecer todo esse dispositivo legal torna a Biblioteca mais capaz de se envolver com práticas inclusivas, como por exemplo a Lei nº 8.160/1991, que permite a identificação do símbolo de acessibilidade em LIBRAS, onde o surdo ou o deficiente auditivo se sente informado quanto onde tem alguém pra lhe dar o devido atendimento. (Brasil, 1991).

Para Coneglian e Casarin (2013, p.3), conhecer e aplicar os dispositivos legais sobre inclusão e acessibilidade, deve ser meta a ser seguida na Biblioteca, não porque está na lei, mas como uma atitude prática diante das necessidades informacionais dos usuários, mas acima de tudo, como uma atitude de respeito ao ser humano.

Em continuidade, um outro momento em que a biblioteca precisa se despir de qualquer amarra e resistência, está em conhecer as diretrizes do Tratado de Marraqueche. Este faz limitar os direitos autorais quando da reprodução de materiais informativos em formato acessível para as pessoas com deficiência sem ter toda a burocracia de pedir autorização ao autor ou responsável pela obra. Este, inova em três pontos: “(1) cria a categoria ampliada de beneficiário; (2) Cria o conceito de entidade autorizada e (3) cria a possibilidade de intercâmbio transfronteiriço das obras convertidas para formato acessível” (Guia para Bibliotecas, 2022, p.28).

Assim, o Tratado de Marraqueche (2021) facilita que a obra seja utilizada por pessoas com diferentes tipos de limitações, desde que este indivíduo esteja com dificuldade de aceder ao texto impresso. A utilização do Tratado pela biblioteca evita a carência de livros dispostos em formatos acessíveis a pessoas com deficiência ou algum tipo de limitação temporária.

O exemplar em formato acessível deve ser utilizado exclusivamente por beneficiários e deve respeitar a integridade da obra original, levando em consideração as alterações

necessárias para tornar a obra acessível no formato alternativo e as necessidades de acessibilidade dos beneficiários (Tratado de Marraqueche, 2021, p.9).

Com isso a Biblioteca tem, além de possuir formas de dispor de maneiras para disponibilizar suas obras em formato acessível como também a possibilidade de ser uma entidade autorizada, ou seja, sem fins lucrativos. Podendo atuar como amigas dos beneficiários que precisam desses serviços, como também a vantagem de ter a ligação com outros países, para a obtenção de materiais nesse modelo prestando atendimento ao usuário que possui um tipo de necessidade informacional específica, abrindo o leque de opções, quanto os títulos oferecidos em “materiais com configuração acessível” (Guia para Bibliotecas, 2022).

A Biblioteca que fazer parte dessa entidade autorizada terá inúmeros benefícios, como de inovação do seu acervo e a “ampliação do seu catálogo” (Guia para Bibliotecas, 2022, p. 29), tendo a possibilidade de pedir emprestado algum material que não tenha em seu acervo para outra biblioteca que fazer parte dessa rede de entidades, como também gerar o aumento de usuários, já que será mais fácil atender as demandas dos usuários com o benefício dessa troca de informações de uma Biblioteca para a outra, enriquecendo os envolvidos nessa rede em cooperação como o fator que envolve a Biblioteca em seu contexto acessível.

Sendo assim, a característica principal em torno desse contexto é tornar todo usuário prioridade com a presença do Bibliotecário competente a esses assuntos com visão aprofundada nos conceitos que envolvem a acessibilidade e depois a cooperação da escola, empresa ou universidade; da gestão e de todos os envolvidos na instituição, pois é através dessa cooperação que se conhece as necessidades particulares dos envolvidos diretos e indiretos na Biblioteca, como diz a Declaração de Salamanca (1994, p.11).

Diante do exposto, cabe destacar que a ideia de biblioteca inclusiva foi pontuada desde as cinco leis de Ranganathan, em 1931. Dito dessa forma, a que mais exalta nesse sentido é: “um livro para cada leitor”. Esta atende às necessidades específicas de cada usuário, impulsionando o bibliotecário a se envolver dessa forma, com ações que permitam o uso de recursos de acessibilidade para levar o livro ideal para o usuário. (Diniz, 2019, p.78 e 82).

Neste contexto, a T A entra como forma de melhorar os aspectos da abordagem dadas a esse acesso acessível, pois existem um grau significativo de tecnologias voltadas para os deficientes auditivos e surdos, por exemplo: o uso de luz. Essa tecnologia não é somente o uso de dispositivos eletrônicos com acesso à internet mais um conjunto de “[...] recursos com metodologias e estratégias para pessoas com limitação visando mais autonomia em ambiente público e privados [...]”. (Comitê de ajudas técnicas, 2017, p. 2).

Finalizando, o bibliotecário deve ser esse profissional para dispor de atendimento a quem precisa, oferecendo com qualidade e riqueza informacional. Proporcionando um espaço propício para o acesso das pessoas com deficiência a quaisquer informações, evitando conflitos que possam vir a existir, por alguma barreira de acessibilidade, em especial a comunicacional para com o usuário surdo ou com deficiência auditiva. (Pinheiro, 2004, p. 4).

4 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: sua história

Segundo Castro e Bottentuit (2000, p.23) “A invenção da escrita possibilitou o registro do pensamento humano[...] além da transformação qualitativa da comunicação entre os homens” Assim, começa um ciclo evolutivo na propagação do conhecimento sendo este o principal responsável por retirar ou modificar bens intelectuais trazidos de gerações anteriores da humanidade atrelando ao contexto de realidade vivido pelas pessoas.

Um dos fatores que fazem com que o indivíduo tende a se adaptar, compartilhar e conviver de forma benéfica havendo a partilha de sabedoria ou compreensão de mundo, para a sobrevivência em maior parte, é dado por experiências vividas, porém quando um indivíduo não se preparar intelectualmente para uma ação, atitude ou situação a sua postura diante disso pode ou não ser benéfica para si ou para o outros ao seu redor.

Assim, o estudo apresenta sua relevância e a aplicabilidade dele por meio da prática fazem com que a posição do ser humano quanto a essas situações sejam mais eficazes, como diz o (dicionário Aurélio,1988, p.630) sobre o significado da palavra teoria que é uma ferramenta de aprendizagem e um “conjunto de princípios fundamentais duma arte ou ciência”.

O curso de Biblioteconomia da UFMA, cresceu com essa perspectiva de propor teorias que visem garantir formas de armazenar, difundir e propagar conhecimentos e informações fundamentais para pessoas que queiram se aprofundar nesse assunto ou possuir interesse no assunto com o objetivo de obter a preservação da cultura social, como afirma os autores Castro e Bottentuit (2000, p.25)

A biblioteca é o local, onde se tem a guarda dos materiais registrados, que possuem riqueza informacional perpassado por gerações e com grande valor intelectual destinado a pessoas cujo interesse são cultos e/ou curiosos, esses materiais estão de maneira organizada e conservado visando esse objetivo de levar a informação a quem necessitar.

Nesse sentido, para que esse recurso alcançasse mais pessoas, como depois de muitos estudos o termo utilizado é usuário, antes esses materiais eram disponibilizados a pequenos grupos de pessoas, como por exemplo a pessoas de classe alta, com algum privilégio social, sacerdotes. Isso foi modificado com a invenção da tipografia por Gutenberg que depois viria a ser a imprensa de acordo com os autores Castro e Bottentuit (2000, p. 26)

como principal ferramenta para dar força ao livro como principal ferramenta para dar força livro como veículo de informação social, que além de ter sido o primeiro meio de comunicação[...] penetrado a lugares antes inacessíveis sendo também como instrumento de

alfabetização, isso fez de as bibliotecas aumentarem o número consideravelmente do acervo.

Dessa forma, com a vinda das transformações sociais e urbanização a perspectiva das pessoas sobre a Biblioteca foi modificando devido à “adoção de posturas específicas e condizentes com cada Era da história da cultura humana” como afirma os autores Castro e Bottentuit (2000). Sendo a assim, segundo Souza (1990, p.19) apud Bottentuit e Castro (2000, p.28 e 29)

A primeira escola de Biblioteconomia foi a École Nationale de Chartes de Paris, fundada em 1821, décadas depois em 1887, a Mevil Dewey cria na Columbia College, Nova York sendo a segunda do mundo[...] com a criação dessas duas escolas na Europa e Estados Unidos, estava dado o primeiro passo em direção a sistematização do ensino biblioteconômico no mundo.

Nesse período, tem-se a presença de estudos sobre o efeito e aplicação de estudos sobre a visão do lado humanístico que até hoje é estudada, como um dos enfoques do exercício profissional do Bibliotecário, sendo no Brasil a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro começa as primeiras “manifestações das técnicas do Bibliotecários começando a funcionar o curso de Biblioteconomia em 1915 por Manoel Cícero Peregrino o segundo diretor da instituição”. Segundo Fonseca (1970, p. 32).

Mais à frente da história, tem-se o Bibliotecário Edson Nery da Fonseca com a elaboração do quadro dos anos que se iniciam os cursos que se iniciam os cursos de Biblioteconomia pelo Brasil (Bottentuit; Castro, 2000, 39 - 41):

- a) 1942 Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia;
- b) 1944 Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (São Paulo);
- c) 1947- Inicia-se o Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- d) 1948 - Inicia-se ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Recife;
- e) 1950 - Inicia-se o Curso de Biblioteconomia de Pernambuco;
- f) 1952- Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná;
- g) 1955- Inicia-se o curso de Biblioteconomia de Manaus;
- h) 1957- Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Faculdade de Santa Úrsula (Rio de Janeiro)
- i) 1959- Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Faculdade de São Carlos (São Paulo);j)

- j) 1963- Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Faculdade Fluminense (Niterói/ Rio de Janeiro)
- k) 1964- Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará;
- l) 1964- A universidade de Brasília cria a faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica;
- m) 1966- Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Fundação Universitária do Amazonas;
- n) 1967- Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Universidade de São Paulo;
- o) 1968-Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo;
- p) 1968-Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Fundação Superior do Oeste de Minas (Formiga - Minas Gerais);
- q) 1969-Inicia-se o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba;
- r) 1969- Inicia-se o Curso de Biblioteconomia da Fundação Universidade Federal do Maranhão.

Dando o sustento necessário a criação do curso da Universidade, pessoas tiveram significativas participações para que o curso fosse criado e tivesse o direcionamento necessário. (Projeto Político Pedagógico, 2007)

Posteriormente, outro fator relevante a considerar na trajetória da Biblioteconomia Maranhense, foi a participação do Cônego Ribamar Carvalho, então reitor da Fundação Universidade do Maranhão - FUM (instituída pela Lei nº 5.152 de 21/10/1966), que reuniu todos esforços no sentido de criar, em 10 de março de 1969, pela Resolução 84, o Curso de Biblioteconomia.

A criação do curso da Universidade Federal do Maranhão se deu por iniciativas para:

buscar saber e práticas biblioteconômicas para atender as necessidades de Biblioteca Benedito Leite, do atual Instituto Federal Benedito Leite, do atual Instituto Federal do Maranhão e a Biblioteca da própria Universidade, que se deu na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar em 11 de outubro de 1976” (Castro; Bottentuit, 2000).

Se tratando das disciplinas cursadas ao longo do curso e relacionadas com temas de acessibilidade, o registro dos autores (Castro; Bottentuit, 2000, p. 71) presente no quadro de disciplinas, no quarto semestre em 1970, onde é representado no quadro a seguir. A que está em destaque a seguir, foi uma das primeiras disciplinas a ter na estrutura curricular do curso, voltada a aprendizagens sobre acessibilidade do estudo do ser humano de forma diferenciada.

Quadro 2: Disciplinas e seus conteúdos programáticos em 1970

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	DOCENTE/ PROCEDÊNCIA	CREDENCIAIS
Psicologia das Relações Humanas	90	A psicologia como ciência. O ser humano individual. O processo de socialização e a formação da personalidade, a dinâmica do comportamento humano no trabalho.	Vicenir Borges/ UFMA	Bacharel pela Faculdade de Filosofia da FUM (1966)
Introdução aos Estudo Sociais	60	Evolução da Sociologia. O fenômeno social. Fundamentos Normativos de ação social. Problemas Sociais. Sociedade	Sergio Ferreti/ UFMA	Licenciado em História pela faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1956)

Fonte: Castro; Bottentuit, 2000, p. 7

De acordo com o **quadro 2**, as disciplinas com ementas voltadas ao exercício profissional com foco em promover acessibilidade no ambiente, onde o Bibliotecário irá atuar, dá início no ano de 1970 com a disciplina de psicologia das Relações Humanas, como ciência voltada à compreensão do ser humano.

Estando em destaque no quadro, o estudo do ser humano em sua forma singular, ou seja, de compreender que o ser humano tem suas singularidades e que lhe é proposto diferentes formas de saber conduzir essas diferenças, o fazendo participar de maneira efetiva em determinados locais principalmente onde se encontra as informações de maneira diversificada em diferentes suportes.

Como também é visto na disciplina voltada aos estudos sociais, a análise da sociedade e seus possíveis problemas, no sentido dos discentes saírem preparados da universidade, com visão prática de que a sociedade está em constante mudança já que o seu humano é volátil.

Assim já se tem a presença nessa época, sobre os pensamentos e estudos voltados ao usuário de biblioteca em sua especificidade, durante a busca por necessidades informacionais

sendo analisadas a pessoa que busque por informação desde a sua cultura, até a compreensão sobre as formas de atender quem possui limitações físicas ou intelectuais.

Segundo os autores já citados, Castro e Bottentuit, (2000, p. 71) o curso de Biblioteconomia da Universidade, teve grande avanço e influência da Biblioteca Pública Benedito Leite e Instituições Federais na qual deram espaços de estágios aos alunos para a aplicabilidade das técnicas vistas em teoria na sala de aula, contribuindo para que esses alunos tivessem o olhar amplo sobre questões de acessibilidade e inclusão de diversos usuários.

Após as mudanças realizadas desde 1969 o curso já passou por 3 currículos com as afirmativas a seguir, segundo o (Projeto Político Pedagógico do Curso (2007), sobre o atual currículo:

Currículo “30” - período de vigência: 2007 - carga horária: 2.850 horas/aula; - local de funcionamento do Curso: prédio do Centro de Ciências Sociais – CCSO.

Segundo o mesmo documento, o currículo ia se atualizando de acordo com as necessidades da população na qual é objetivo de público a ser atendido no ambiente da Biblioteca independente de suas limitações, ideias ou crenças. Assim, o currículo é dividido por três eixos tendo dois núcleos, sendo que cada um tem seu objetivo segundo o (Projeto Político Pedagógico, 2007, p. 23).

O primeiro eixo tem “o estudo da Biblioteconomia e Ciências Interdisciplinares” como foco no estudo do pensamento em sociedade dentre outras teorias relacionados a reflexões do contexto social; o segundo, “a construção das práticas profissionais”, que é voltado a aplicabilidade das técnicas da profissão, bem como o aprendizado sobre gestão; e o terceiro eixo “Construção da prática de pesquisa e atividades profissionais” com estudos voltados a crescimento e autonomia profissional.

Contudo, ao realizar a análise de cada disciplina disposta em suas respectivas ementas. O contexto de acessibilidade é visto somente em três, dentre 44 disciplinas são elas: Referência, onde é disposto a análise dos fatores associados ao exercer um bom desempenho no atendimento ao usuário.

Estudo de Usuários, na qual se compreender a singularidade presente em cada pessoa que utiliza os serviços da Biblioteca e Formação e Desenvolvimento de Coleções, onde tem em seu objetivo a forma de pensar no usuário de forma igualitária e inclusiva daquilo que irá dispor no acervo para ele(a) manusear.

4.1 Currículo trinta de Biblioteconomia: breve análise

Nesta seção será feita uma breve análise do Currículo Trinta, que trata do currículo vigente do Curso de Biblioteconomia da UFMA, que se encontra estruturado em três eixos integradores e cada um composto por núcleos temáticos, os quais contemplam as disciplinas integrantes da matriz curricular. O Eixo I trata da Biblioteconomia e Ciências Interdisciplinares; o Eixo II discorre sobre a construção das práticas profissionais; e o Eixo III faz referência à construção da prática de pesquisa e atividades profissionais (Projeto Político Pedagógico, 2007). Cabe ressaltar que o referido Currículo Trinta curso, desde 2013, vem passando por processo de reformulação como prazo de finalização no ano de 2024.

A Biblioteconomia tem passado, no último século, por grandes transformações. Estas estão ligadas à revolução tecnológica, bem como a mudança de atitudes e de paradigmas. Isto porque o acesso à informação, a sua difusão e a sua livre circulação consistem em elementos essenciais em todas as esferas da vida em sociedade. (Siqueira, 2010).

Obviamente que, essas transformações têm reflexo no currículo dos Cursos de Biblioteconomia. Para que cada discente e, conseqüentemente, futuro bibliotecário tenha um bom desempenho em seu exercício no mercado de trabalho. Portanto, torna-se necessário que na estrutura curricular do Curso seja ofertada disciplinas que leve o discente a executar todos os processos de formação e desenvolvimento de coleções dentro de uma biblioteca, de forma a priorizar a diversidade cultural, desprezando as formas práticas segregadoras no atendimento. (Pinheiro, 2004; Germano Júnior; Santos; Souza, 2018).

Assim, as modificações e atualizações são necessárias na estrutura curricular dos cursos de graduação de Biblioteconomia para que dessa forma, ocorra na prática os ensinamentos sobre inclusão social e não fique em teoria somente o conteúdo ministrado em sala de aula. Conhecendo assim os indivíduos que precisam de uma atenção especial, não os diferenciando dos demais, mas reconhecendo suas habilidades e compreendendo as melhores formas de incluí-los nas unidades de informação. (Germano Júnior, Santos; Sousa, 2018, p.4).

Uma das modificações necessárias nos currículos do referido Curso está na inserção da disciplina LIBRAS com respaldo na Lei nº10.436 de 24 de abril de 2002 (Brasil, 2002). Esta legislação regulamenta que se tenha LIBRAS nos cursos de licenciatura e no decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, já tem essa disciplina como obrigatória no curso de bacharelado em fonoaudiologia, tendo em vista que esse profissional também presta atendimento ao público diverso, assim como o Bibliotecário (Brasil, 2005).

No entanto professores, com a modalidade licenciatura estão inclusos e aptos a

exercerem a função de lecionar para o público surdo, assim como os fonoaudiólogos a nível de bacharelado, no qual seu ofício e público tem semelhanças no exercício da profissão do Bibliotecário, possuindo similaridade aos seus objetivos profissionais e sociais.

Contudo, esses profissionais (professores e fonoaudiólogos) atendem o público surdo com necessidade da LIBRAS para comunicação, tendo durante seu curso superior essa disciplina na modalidade obrigatória sendo um privilégio alcançado em termos políticos com o Decreto nº 5.626, em seu cap. 2, art 3º (Brasil, 2005), na qual esclarece essa disciplina na estrutura curricular do curso de bacharelado em fonoaudiologia, como obrigatória. O que abre espaço para outras graduações a nível de bacharelado conseguir esse feito, como o curso de Biblioteconomia da UFMA.

No Brasil só tem LIBRAS como disciplina obrigatória no curso de Biblioteconomia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na modalidade de licenciatura, havendo a necessidade de dispor dessa disciplina também na modalidade bacharelado. Pois, esses profissionais, estão em um ambiente onde há a excelência de busca por informações, conhecimento e pesquisa, tendo em sua base dispor dessas ferramentas para atingir o foco no exercício de sua função. (Germano Júnior; Santos; Sousa, 2018, p.6).

O Bibliotecário estará, onde mais se tem pessoas cujas necessidades de informação e pesquisa precisam da intermediação desse profissional. Ou seja, o nível de formação bacharel exerce funções semelhantes às de um professor, no sentido de prestar também atendimento ao público e este trabalha em prol de algum benefício ao seu usuário, disseminando aprendizagens a pessoa surda.

Tudo isso só será eficaz se o Bibliotecário tiver a habilidade em LIBRAS, como instrumento para desempenho profissional, como é dito na quinta lei de (Ranganathan,1931) sobre a biblioteca ser um organismo em desenvolvimento. Ou seja, deve estar atenta às novas mudanças como “estratégia de educação para informação” , como diz a autora Heller (2021, p.44).

A autora supracitada, bem fala de educar para informar, nesse contexto a aprendizagem em sala de aula deve ser uma pequena porcentagem de conteúdo armazenado, que o discente busque novas formas de exercer sua profissão e lutar para melhorias dando destaques positivos nas mudanças sociais.

O discente de Biblioteconomia deve se aprimorar nesse aspecto, em conhecer mais sobre a cultura e a comunidade surda. Neste caso, a disciplina LIBRAS pode ser considerada como um mecanismo muito viável para o processo, se uma quantidade significativa de docente em cooperação com a instituição de ensino, estiverem juntos nessa tarefa, o serviço

do profissional bibliotecário terá mais proximidade com os contextos que envolvem acessibilidade comunicacional com o usuário surdo.

Na UFMA, existe A Diretoria de Acessibilidade (DACES) a qual tem função “garantir acesso, o ingresso e permanência de pessoas com deficiências da UFMA” segundo o (Portal de Acessibilidade UFMA, 2023). Assim a DACES, atua em parcerias com o sistema de biblioteca, coordenações, departamentos, etc., para disponibilizar recursos comunicacionais para prestar atendimento a esse público, bem como promover não apenas a entrada, mas a permanência desses discentes com qualidade e sem barreiras a enfrentar nos ambientes da Instituição, principalmente a Biblioteca. Porém, ainda existem fatores a serem colocados na prática e a serem tratados com mais prioridade.

Se o Bibliotecário é o profissional que intermedeia a informação, ele sendo esse suporte com domínio na LIBRAS, será um profissional de excelência e destaque no exercício de sua ocupação. Isso só ocorrerá se ele tiver estímulos necessários durante as disciplinas associado ao desejo de habilitar-se com a perspectiva de inclusão, acolhendo essas pessoas e fazendo a intermediação com qualidade e competência.

De acordo com os autores Germano Júnior; Santos ; Sousa, (2018, p.6) sobre o currículo profissional, deve-se ter “intensificação” da humanização nos cursos que atuam diretamente com a sociedade, das “necessidades informacionais e /ou sociais” Germano Júnior; Santos; Sousa, (2018) que propõe a aplicabilidade das disciplinas que se aprende em sala de aula, como Gestão de Bibliotecas Públicas e Escolares presente no currículo trinta do curso de Biblioteconomia, onde é direcionada a encontrar as melhores formas de gerir uma Unidade de Informação.

Os autores Germano Júnior; Santos; Sousa, (2018, p.7), relatam a necessidade de haver mudança no currículo e que essa deve-se ser realizada em conjunto com “estudantes, docentes do curso e conselho de classe”, pois na aprendizagem o aluno participa, aprende e se envolve na historicidade dos surdos e sabe qual é a melhor forma de se comunicar com esse usuário.

Esse aluno repensa como será a aplicabilidade do seu exercício profissional visando essa inclusão, e se aproxima de situações em que o faz refletir como deve proceder no tratamento de determinados grupos na sociedade com prioridade, por exemplo. Os autores em seguida relatam sobre a obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS no curso de Biblioteconomia.

A disciplina de Libras deve ser inserida de modo obrigatório no curso de

Biblioteconomia, tem em vista que a inclusão social e a participação do surdo [...] implica no direcionamento social do Bibliotecário para a inserção do sujeito surdo na biblioteca e nos produtos e serviços nele ofertados [...] participando de maneira ativa na sociedade (Germano Júnior, Santos e Sousa 2018, p.8)

Portanto, promover ao discente essa habilidade durante a graduação deveria ser uma obrigação e responsabilidade do Curso de Biblioteconomia. Este, o qual dispõe de ferramentas necessárias para a efetivação desse objetivo de tornar cada vez mais a profissão essencial na sociedade.

Analisar os aspectos gerais da profissão Bibliotecária, enfatiza-se os meios pelos quais ela também se enquadra em educação, como as propõe os cursos de licenciaturas e de fonoaudiologia. O bibliotecário se educa na graduação para informar (Heller, 2021) e se informa para dar auxílio à sociedade, fazendo-a melhorar e sanar as falhas informacionais existentes, combatendo as *fake News*, sendo um agente filtrador da mensagem.

Sendo assim a Biblioteca, um espaço onde tem atendimento a todos, deve ter como forma de agir, o atendimento inclusivo com equidade. O futuro Bibliotecário já deve sair da graduação com um norte em conhecimento da cultura surda, tendo em seu curso uma disciplina obrigatória que já faz desse discente a informação necessária a se sensibilizar às questões dos direitos das pessoas.

Bem como, o ensino de LIBRAS dará essa ênfase ao Bibliotecário e a Biblioteca para ambos andarem de mãos dadas visando a prestação de um bom desempenho no atendimento a esses usuários, já que a natureza e o ofício da profissão consistem em dar apoio informacional a quem necessita, independente de suas limitações.

4.1.1 Título e ementas das disciplinas

O **quadro 3** evidencia que apenas uma disciplina optativa, denominada de “Práticas de Informação para portadores de necessidades especiais”, já deixa evidente no seu título e na sua ementa o enfoque para a acessibilidade. Ressaltando que com base nas legislações atuais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) a terminologia adotada no seu título “portadores de necessidades especiais” encontra-se em desuso. E, ao buscar mais informações sobre o histórico de procura por matrículas dos discentes na referida disciplina no Curso de Biblioteconomia da UFMA, em conversas informais, obteve-se a informação de que esta nunca foi ofertada.

Cabe ressaltar que a não oferta da disciplina pelo Curso se deu pela falta de demanda

de discentes inscritos. Isto significa que os discentes não têm conhecimento sobre o quanto a pessoa com deficiência pode fazer parte de espaços como a biblioteca. Neste contexto, compreendo que o referido Curso de Biblioteconomia tem falhado, uma vez que se em disciplina como “Estudo de Usuários de Informação”, “Referência”, “Formação e Desenvolvimento de Coleções”, “Gestão de Bibliotecas Especializada e Universitária”, “Gestão de Bibliotecas Públicas e Escolares” e outras, por exemplo, pontuassem mais a necessidade do bibliotecário ter habilidades e competências para prestar atendimento a pessoas com deficiência, em especial, o surdo. Com certeza haveria demanda de discentes para cursar a disciplina “Práticas de Informação para portadores de necessidades especiais”.

Neste contexto, em conversas informais, obtivemos a informação que a disciplina obrigatória, “História do Livro e das Bibliotecas”, durante o desenvolver na sala de aula, leva os discentes a sentirem a necessidade de fazer outra disciplina optativa, denominada de “Paleografia”, como completo do conhecimento. Fato que deveria acontecer com a disciplina “Práticas de Informação para portadores de necessidades especiais”.

Quadro 3: Disciplina com terminologia e ementa direcionada para a “acessibilidade e inclusão”

Disciplina	Ementas	Caráter
Práticas de Informação para portadores de necessidades especiais	Conceito e caracterização de necessidades especiais. Políticas nacionais e estaduais para portadores de necessidades especiais. Acesso e inclusão para portadores de diferentes tipos em Unidades de Informação. Mapeamento de espaço físico e de atividades para portadores de necessidades especiais.	Optativa

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2007)

Com base no **quadro 4**, disciplinas como “Fontes de Informação”, “Organização de Unidade de Informação” e “Planejamento de Unidade de Informação” não mencionam os termos relacionados a “acessibilidade e inclusão” em suas ementas. Porém, isso não impede que o docente ao planejar sua aula pense na perspectiva do usuário com deficiência direcionando o discente a pensar em boas práticas sobre inclusão.

Por exemplo, na disciplina “Fontes de Informação”, o docente não pode deixar de mencionar sobre as fontes acessíveis; assim, como a disciplina “Organização de Unidade de Informação” e “Planejamento de Unidade de Informação”, estas não têm como deixarem de instruir o discente a pensar em equipamentos e mobiliários fora do contexto da NBR 9050,

dentre outras. (ABNT, 2023).

Quanto às disciplinas “Gestão de Bibliotecas Públicas e Escolares” e “Gestão de Bibliotecas Especializadas e Universitárias”. Na “Gestão de Bibliotecas Públicas e Escolares” não tem como o docente não trabalhar em sala de aula conteúdos sobre bibliotecas públicas, escolares e infantis sem fazer o viés com a acessibilidade, visto a diversidade do público que esses tipos de bibliotecas atendem. Especialmente, quando do processo de formação e desenvolvimento do acervo acessível, principalmente para dar apoio às práticas culturais.

Isto se estende para a “Gestão de Bibliotecas Especializadas e Universitárias” quando da caracterização dos usuários, dada a existência daqueles com deficiência. Especificamente, para se pensar na coleção de acervos em formatos acessíveis, bem como estudar os recursos disponíveis. Além do que, estes tipos de bibliotecas têm que cumprir o seu papel social, político e cultural no contexto da inclusão.

Em relação a disciplina “Política Editorial”, esta tem que retratar os princípios de política editorial para materiais em formatos acessíveis, como: braile, LIBRAS, tinta e braille, etc. Quanto à disciplina “Leitura e Formação de Leitores”, esta deve enfatizar que o bibliotecário tenha que adquirir habilidades em LIBRAS como estratégia de promover leitura ao longo das atividades desenvolvidas.

Na disciplina “Referência”, o docente precisa enfatizar a necessidade de complemento similar por outras disciplinas, como: LIBRAS, Braille, leitura labial e gestual, dentre outros, pois é na referência que o usuário tem, geralmente, o primeiro contato com a biblioteca.

Já a disciplina “Marketing em Unidade de Informação”, esta tem uma forte ligação com a acessibilidade, quando do momento da aplicação de estratégias de divulgação, promoção e disseminação de informação que visam favorecer a biblioteca sobre os seus serviços e produtos oferecidos. A maneira que se deve ter essa conexão posta na prática seria durante a elaboração de projetos por parte dos discentes aplicar conceitos dessa disciplina no contexto acessível, dessa forma obteria metas eficazes para a imagem da Biblioteca para com o público com necessidades especiais, caso o alunado já saiba planejar de forma inclusiva.

Pensamos nisso, porque muitas bibliotecas já desenvolvem produtos e serviços para um público com deficiência, porém sem muita divulgação. O marketing fica distanciado das práticas inclusivas, comprometendo o conhecimento dos usuários com deficiência aos produtos e serviços que a biblioteca disponibiliza para eles.

No que confere a disciplina “Automação”, esta deveria ser uma disciplina que, também, abordasse sobre os recursos digitais voltados para as pessoas com deficiência, como os softwares acessíveis, bem como a comunicação virtual (acessibilidade digital).

No caso da disciplina “Tecnologias e Gerenciamento de Informação”, esta serve para se pensar nas bibliotecas digitais e sistemas para facilitar o manuseio do usuário e servidores no processo de devolução e empréstimo dos produtos que constam no acervo.

Em relação à disciplina “Comunicação”, nesta sente-se a necessidade de se compreender as diferentes formas de comunicação, que incluem a acessibilidade comunicacional. Essa disciplina não contempla a língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual.

Quadro 4: Disciplinas que não evidenciam em suas ementas terminologias direcionadas para “acessibilidade e inclusão”

Eixo	Disciplina	Ementas	Caráter
2	Fontes de Informação	Sistema de comunicação e a literatura científica. Fontes de informação: conceitos, tipos, importância e sua relação com o serviço de referência. Fontes quanto ao arranjo, abrangência, aspecto geográfico. Critérios para análise de fontes de fontes de informação.	Obrigatória
2	Organização de Unidade de Informação	Estrutura organizacional. Representação gráfica. Organização de materiais convencionais e não convencionais. Funcionamento de serviços de informação. Atribuições, rotinas, pessoal, mobiliário, equipamentos. Edifícios de unidades de informação.	Obrigatória
2	Planejamento de Unidade de Informação	Planejamento: conceituação, importância, processo, objetivos. Planejamento bibliotecário: origem e evolução. Planejamento estratégico em unidades de informação. Metodologias e desenvolvimento de planejamento estratégico. Elaboração de planos, programas e projetos em unidades, redes e sistemas de informação.	Obrigatória
2	Gestão de Bibliotecas Escolares e Públicas	Biblioteca. Educação e Sociedade. Bibliotecas públicas, escolares e infantis: conceito, funções, objetivos e estrutura. Características e necessidades das comunidades. Tipos de serviços e produtos. Biblioteca e ação cultural. O bibliotecário e suas funções. Divulgação e promoção da biblioteca. Padrões. Política nacional de bibliotecas públicas e escolares. Avaliação de serviços e produtos.	Obrigatória

2	Gestão de Bibliotecas Especializada e Universitária	Gestão de Bibliotecas Especializada e Universitária: conceito, histórico, objetivo, função, estrutura organizacional e administrativa. Caracterização dos usuários. Coleção. Recursos. Serviços cooperativos de informação. Política de Informação em Ciência e Tecnologia. Política Nacional de Bibliotecas Universitárias. O papel social, político e cultural do profissional da informação em bibliotecas especializada e universitária. Aspectos globais e regionais das bibliotecas especializada e universitária.	Obrigatória
2	Política Editorial	Evolução conceitual e histórica da editoração. Indústria da produção editorial. Princípios de política editorial. Produção intelectual. Movimento editorial no Brasil e no Maranhão. Processo editorial: seleção, produção e comercialização.	Obrigatória
1	Leitura e Formação de Leitores	Concepção de leitura. Processo de formação de leitores. Práticas de leitura na família, na escola e na biblioteca. Política de incentivo à leitura no Brasil. Literatura infantil e juvenil: origem, conceito, características, produção editorial brasileira e difusão. Estratégias de leitura. Planejamento de atividades de leitura para crianças e jovens.	Obrigatória
2	Referência	Conceito histórico e teorias do serviço de referência. Funções do serviço de referência em diversos tipos de unidades de informação. O processo de referência. Elementos do processo de referência. Avaliação dos serviços de referência.	Obrigatória
2	Marketing em Unidade de Informação	Conceituação. Histórico. Princípios e sua aplicação em unidades de informação. As unidades de informação no rol das organizações sociais. Pesquisa e segmentação de mercado. Sistema de Informação e Marketing. Composto mercadológico. Administração, gerência e auditoria de Marketing. Controle de qualidade em unidades de informação	Obrigatória
2	Automação	O processo de automação em unidades de informação. Softwares gerais e softwares específicos para unidades de informação.	Obrigatória

		Formatos bibliográficos. Serviços-meio e serviços-fim automatizados. Sistema de comunicação de dados. Projeto de desenvolvimento de sistemas automatizados	
2	Tecnologias e Gerenciamento de Informação	Tecnologias e técnicas de armazenamento e de processamento da informação: conceito, diferenciação e tipologia. Tecnologias de Informação e Comunicação em Unidades de Informação. Interface. Repositórios de Informação na Web: conceituação, tipologias. Sistemas de Apoio: tomada de decisão, apoio ao grupo, sistemas inteligentes. Tecnologias da Informação. Bibliotecas Digitais	Obrigatória
1	Comunicação	As teorias da Comunicação. O processo da Comunicação. Noções de Semiologia e Semiótica. Modalidades das mensagens, natureza dos veículos. Unidades de informação no sistema de comunicação humana	Obrigatória

Quanto às disciplinas técnicas a abordagem da aprendizagem está voltada para o exercício prático do bibliotecário. Porém, acreditamos que aqui poderíamos tecer comentários críticos e construtivos sobre a necessidade do docente responsável por cada disciplina listadas no **quadro 5**, em pensar em metodologias de ensino inclusivo. Isto porque o Curso de Biblioteconomia da UFMA possui discentes com baixa visão, paralisia cerebral, TDAH, dentre outras deficiências invisíveis. Este comentário, especialmente, para as disciplinas “Estágio Curricular I e II”, nos causa muita preocupação, pois os discentes PCD 's nem sempre são bem vindos nos campos de estágio, devido às suas condições físicas e intelectuais.

Quadro 5: Disciplinas técnicas

Eixo	Disciplina	Ementas	Caráter
1	Filosofia	Noções de Filosofia: processo de filosofar, caracterização do conhecimento filosófico. Problemas fundamentais: linguagem, valores, ética, educação, cultura e política	Obrigatória
1	Sociologia	Constituição da Sociologia como campo de conhecimento: objeto e origem histórica, análise dos modelos explicativos da realidade social; conceitos fundamentais,	Obrigatória

		considerando-se a história do conhecimento sociológico.	
1	Antropologia	Antropologia como ciência. Objeto da Antropologia. A origem do homem. Raças humanas. Cultura. Antropologia: campos de estudo.	Obrigatória
1	Fundamentos de Linguística	Linguística: conceito, estruturas e ramificações. Relação signo/significado; texto/co-texto/contexto; sujeito/leitor. Diferentes tipos de texto. Relação leitura/escrita/oralidade. Estratégias de leitura. Cognição e Metacognição. Processo de compreensão de texto: o leitor competente. Análise do discurso: tipologia e características. Instrumentos e procedimentos para análise do discurso dentro dos enfoques: linguístico, sociolinguístico e psicolinguístico. Discurso e ideologia. Análise do discurso e o ensino da leitura	Obrigatória
1	História do Livro e das Bibliotecas	Constituição da Sociologia como campo de conhecimento: objeto e origem histórica, análise dos modelos explicativos da realidade social; conceitos fundamentais, considerando-se a história do conhecimento sociológico	Obrigatória
1	Inglês I	Estudo de textos de interesse geral e específico: leitura e compreensão, enfoque gramatical, vocabulário, inferência.	Obrigatória
1	Inglês II	Leitura, compreensão e tradução de textos específicos. Dewey Decimal Classification and Relative Index. Anglo American Cataloguing Rules. Resumo de Textos.	Obrigatória
1	Lógica	Noção de Lógica. Lógica Clássica e lógicas não-clássicas. Cálculo proposicional clássico. Cálculo de predicados. Noção e tipos de argumentos. Testes de validação de argumentos.	Obrigatória
1	Metodologia Científica	Diferentes tipos de conhecimento. Métodos de procedimentos e abordagens científicas. Enfoques epistemológicos da ciência: positivismo, fenomenologia, materialismo. Estruturação da ciência: leis, teorias e	Obrigatória

		explicações científicas e subjetividade nas Ciências Sociais.	
1	Fundamentos de Biblioteconomia	A Biblioteconomia e suas relações com outras áreas. A Biblioteconomia no contexto social e político. A profissão do bibliotecário. Entidades de classe e movimento associativo, Formação profissional. Mercado de trabalho e perspectivas. Representação social e ética e gênero na Biblioteconomia.	Obrigatória
1	Princípios de Ciência da Informação	Da Biblioteconomia à Ciência da Informação. Conceito de informação e sua importância na sociedade contemporânea. A Ciência da Informação e sua relação com as outras áreas. Ciclo e fluxos de informação. Sistemas de informação documentária nacionais e internacionais. Recursos tecnológicos no tratamento e disseminação da informação	Obrigatória
2	Elementos de Informática	Histórico. Conceitos básicos. Classificação dos Computadores. Periféricos. Sistemas Operacionais. Linguagem de programação. Redes locais. Aplicativos.	Obrigatória
2	Análise Temática da Informação	Sistema de Recuperação da Informação. Indexação: conceitos e processos. Medidas de Avaliação em SRI. Análise de conteúdo: resumos, cabeçalhos de assunto e descritores. Linguagem de Indexação. Índices: conceitos e tipos	Obrigatória
2	Representação Descritiva I	Catálogo: conceitos, objetivos e histórico. Estudo do Anglo-American Cataloguing Rules, 2ª edição. (AACR2). Descrição e determinação das entradas principal e secundária de livros, folhetos e folhas soltas impressas. Catálogos: elaboração.	Obrigatória
2	Representação Descritiva II	Descrição e determinação das entradas de materiais especiais e eletrônicos. Catalogação cooperativa e centralizada.	Obrigatória
2	Linguagem Documentária	Estrutura e construção de índices manuais e automatizados. Sistema pós-coordenado: unitermo e tesauro. Estratégias de busca em sistemas de recuperação da informação. Web	Obrigatória

	III	semântica.	
2	Normalização Documentária	Normalização: normas comuns a diferentes tipos de documentos, referências, citações, numeração progressiva e resumo. Normalização: livros, periódicos, trabalhos acadêmicos, publicações oficiais e relatório técnico-científico.	Obrigatória
2	Teorias da Administração	Importância do estudo da Administração. Evolução do pensamento administrativo. Movimentos. Abordagens. As funções do administrador sob diversos enfoques. O papel do administrador na sociedade contemporânea e no futuro das organizações.	Obrigatória
2	Arquivística	Arquivo: história dos arquivos, conceitos, finalidade, funções e princípios arquivísticos. Gestão de documentos. Arquivos permanentes: conceito e funções. Política de Arquivo. Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).	Obrigatória
3	Estatística	A ciência estatística. Método estatístico. Identificação do universo estatístico na informação científica e tecnológica. Fases de um trabalho estatístico. Apresentação tabular. Representação gráfica. Distribuição de frequência. Medidas de tendência central e de dispersão. Noções de amostragem e de probabilidades.	Obrigatória
3	Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Enfoques teóricos-metodológicos da pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Caracterização e tipos de pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Estratégias de elaboração de projetos de pesquisa.	Obrigatória
3	Seminário de Monografia	Monografia como produto da pesquisa científica. Definir e delimitar tema da pesquisa. Definir os procedimentos metodológicos para a pesquisa. Projeto de pesquisa de monografia. Apresentação e discussão do projeto de pesquisa de monografia.	Obrigatória
3		A monografia atende à norma complementar	

	Monografia	que disciplina as atividades de elaboração, apresentação e avaliação de Monografias do Curso de Biblioteconomia, na forma da Resolução 90/99-CONSEPE e, ainda, conforme decisão do Colegiado do Curso, proferida em 29 de maio de 2003.	Obrigatória
3	Estágio Curricular I	O estágio curricular atende a norma complementar que disciplina o estágio do Curso de Biblioteconomia na forma da Resolução 90/99-CONSEPE	Obrigatória
3	Estágio Curricular II	O estágio curricular atende à norma complementar que disciplina o estágio do Curso de Biblioteconomia, na forma da Resolução 90/99-CONSEPE	Obrigatória

Fonte: O Projeto político pedagógico do curso de Biblioteconomia da UFMA (2007)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar como se efetua o trato pedagógico do currículo trinta do curso de Biblioteconomia da UFMA em relação à inclusão e acessibilidade do usuário surdo. Deste modo mais específicos, pretendeu-se; a) verificar se as disciplinas obrigatórias e/ou optativas apresentam algum enfoque para inclusão e acessibilidade de usuários surdos; e b) propor algumas sugestões de acréscimos de disciplinas com enfoque para a diversidade humana.

De modo geral, todos os objetivos propostos foram alcançados. Momento em que esta pesquisadora pode ter um contato muito próximo com a temática compreendendo que o referido currículo necessita de mudanças que tragam mais a perspectiva da acessibilidade e inclusão, em especial para a pessoa surda, para dentro de suas disciplinas. Ressaltamos que, também não sabemos como cada docente explora o assunto em sala de aula, pois o nosso estudo não chegou a investigar nesta perspectiva de soldar o docente.

Assim, na literatura utilizada no referencial teórico, pode se notar a existência de bases legais suficientes que dão sustento e fortalecimento para as tomadas de decisões de órgãos e pessoas responsáveis pela Biblioteca, para atingir o propósito de atender as pessoas com deficiências sem barreiras na acessibilidade.

Outro ponto, importante evidenciado neste estudo, está no detalhamento do conteúdo das disciplinas (obrigatória) do curso de Biblioteconomia, como “História do livro e das bibliotecas”, que o professor ao ministrá-las pode orientar os discentes a se matricularem em outras disciplinas como “Paleografia”, oferecido por outro curso da Universidade, disposta no currículo como disciplina (optativa) do próprio Curso de Biblioteconomia, sendo também a disciplina “Práticas de Informação para portadores de necessidades especiais”, que servirão de complemento para uma disciplina obrigatória.

Ainda em relação a esta última disciplina mencionada, pode se notar que apesar de ser a única no currículo a está totalmente direcionada para o trato com o usuário com deficiência, esta nunca foi ofertada pelo curso.

Ressalta-se, também, outro ponto relevante do estudo, o fato do currículo dispor de várias disciplinas que já possuem em suas ementas, de forma não tão explícita, conteúdo que pode levar a discussões em sala de aula sobre o usuário com deficiência, restando apenas iniciativas do docente responsável.

Dessa forma, até a presente data desta pesquisa é visto que o curso tem discutido acerca de mudanças e acréscimos relevantes e pontuais no Projeto Político Pedagógico do

currículo atual de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, no qual ainda caminha para efetivação do que se propõe quanto a atualização das disciplinas voltadas a temas transversais da Biblioteconomia.

Nesse sentido, não somente pensar em tratar nas novas mudanças sobre inovações no ramo tecnológico relacionados a área de conhecimento com serviços propostos nas bibliotecas, mas dando ênfase na atuação do bibliotecários frente aos diferentes ambientes atuais onde se exerce a profissão, como também elencar sobre os fatores benéficos do profissional possuir habilidades necessárias para prestar serviços de maneira eficaz e com eficiência, bem como analisar as alterações necessárias no contexto de acessibilidade em saber atender determinados públicos em especial, os surdos.

Assim como sugestão para próximas pesquisas, poderá ser desenvolvido um estudo mais profundo sobre o referido currículo, sondando os discentes do curso na tentativa de verificar a sua opinião sobre a necessidade do Curso de Biblioteconomia ofertar uma ou mais disciplinas específicas com direcionamento para acessibilidade e inclusão de usuário com deficiência, como o caso da LIBRAS, braille, acessibilidade em bibliotecas, como também em disciplinas como "marketing em Unidades de informação por exemplo, explanar mais sobre a norma NBR 9050 da ABNT, como ponto importante a ser levado em conta na hora de pensar em um projeto que tenha, dentre outras. Cabendo destacar que a postura e o bom desempenho do Bibliotecário diante das transformações sociais ou tecnológicas que se apresentam no mercado de trabalho são reflexos da sua formação acadêmica e da sua educação continuada.

REFERÊNCIAS

As cinco leis de Ranganathan, 2012-2016 . FVG SB: Bibliotecas de Brasília 2012-2016. Disponível em: As cinco Leis de Ranganathan | Biblioteca de Brasília (fgv.br). Acesso em 08. nov.2023.

BOTTENTUIT, Aldinar; CASTRO, César Augusto. **O movimento fundador da Biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22** de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 15 maio. 2023

BRASIL. ENTENDA O TRATADO DE MARRAQUECHE. Brasília, 2021. *E-book* (25 p.). Disponível em: cartilha_ tratado marraqueche versao_final (www.gov.br) Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 15 maio. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Educacional dos Surdos - INES. Brasília, DF: Ministério da Educação, 21 out. 2021. **Assunto**: Conheça o INES. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/aceso-a-informacao-1/institucional/conheca-o-ines>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casal Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casal Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.160 de 8 de janeiro de 1992**. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8160.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 23 jun. 2023

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 9.610 de 9 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: L9610 (planalto.gov.br). Acesso em: 23 jun. 2023

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2005**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: L13146 (planalto.gov.br). Acesso em: 23 jun. 2023.

COSTA, Michelle Karina Assunção. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário**. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. 2015. 163 f. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A8SHQ3/michelle_karina_assun_o_co. Acesso em: 25 jun. 2023.

COUTO, W. E.; FERREIRA, S. M. S. P. SOUZA, A. R.; VALENTE, M. G. **Guia para Bibliotecas: direitos autorais e acesso ao conhecimento, informação e cultura**. São Paulo. FEBAB, 2022. Disponível em: <https://febab.org/2022/03/10/guia-direitos-autorais-cbda3/> Acesso em: 23 jun. 2023.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros Passos.

DINIZ, Isabel dos Santos. **Bibliotecas Universitárias Inclusivas brasileiras e portuguesas: ações e estratégias**. 2019. 549 f. Tese (Doutorado em multimídia em Educação). Departamento de Educação e Psicologia; Departamento de Comunicação e Arte. Curso de doutorado em Multimídia em Educação Universidade de Aveiro. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/Documento.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GERMANO JÚNIOR, M. M. S; SANTOS, T. B. dos; SOUZA, C.B. dos S. De. A importância do ensino de Libras para os discentes de bacharelado em Biblioteconomia: uma reflexão necessária. *In*: XLI Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (ENEBD), 41., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2018. P.1-13. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/12715/1/109.pdf>. Acesso em: 4 maio. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2022. [on line]. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MAIA, Shirley Rodrigues. **Deficiência auditiva/surdez**. [S. L.: s. n], [2015?]. Disponível em: www.sis.posuscs.com.br. Acesso em: 10 maio. 2023.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giarretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v.74, n.165, p. 1044-1066. jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/tbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 nov.2023

MIOTO, Regina Celia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev.*

Katal, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica (unam.mx). Acesso em: 3 nov. 2023.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE. 2021, Maringá. **Anais**[...] Maringá: Universidade de Maringá, 2021. Disponível em: https://moodle.ifsc.edu.br/pluginfile.php/657283/mod_resource/content/1/MORI_N~1.PDF. Acesso em: 23 jun. 2023.

PAULA, S. N. DE.; CARVALHO, J. O. F. DE .. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, p. 64–79, set. 2009.

PINHEIRO, Danielle da Silva. O bibliotecário e o atendimento aos usuários com necessidades especiais em unidades de informação. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. São Paulo: UNESP, v.4, n.3, 2004. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/95> Acesso em: 23 jun. 2023.

REUNIÃO DO COMITÊ DE AJUDA TÉCNICA, 7.,2007, Brasília: DF. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf Acesso em: 23 jun. 2023.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 52–66, 2010.

SOUZA, L.M. **Consequências da perda auditiva leve e diagnóstico precoce**. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Audiologia Clínica) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/8200/23996>. Acesso em 15 maio. 2023.

STROBEL, Karin. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Florianópolis**: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. *E-book* (49 p.). Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Centro de Ciências Sociais. Coordenação do curso de Biblioteconomia. **O projeto político pedagógico do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Superintendência de Tecnologia da Informação. PROEN, 2023. **Atribuições do Núcleo de Acessibilidade (NUACE)**. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/proen/daces#:~:text=A%20Diretoria%20de%20Acessibilidade%20%E2%80%93%20DACES,que%20envolve%20acesso%2C%20perman%C3%Aancia%20e>. Acesso em: 21 maio. 2023.

VERGUEIRO, W.; ANTÔNIO, M. A. Consórcios de bibliotecas no Brasil: um desafio à democratização do conhecimento. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 32-47, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/4ghXZnfs7cF5JjPSjkKJF8b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2023.